

# Estudo Técnico Preliminar 54/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.394380/2023-62

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente processo administrativo tem por objetivo a contratação, através de Inexigibilidade de Licitação, da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para atender a Agência da Previdência Social (APS) Carazinho, vinculada à Gerência Executiva em Passo Fundo/RS, localizada à Rua Alexandre da Motta, nº 525 esquina com Avenida Centro, no município de Carazinho, Rio Grande do Sul.

2.2. Atualmente o serviço vem sendo prestado pela empresa Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, inscrita no CNPJ sob o nº 88.446.034/0001-55, através do contrato nº 01/2017, processo nº 35274.000377/2016-07, com vigência por prazo indeterminado.

2.3. Conforme informado no DFD SEI 13602195, há necessidade de nova contratação para prestação do serviço, de acordo com a nova lei de licitações - Lei 14.133/2021, face ao disposto no art. 5º da Portaria SEGES/MGI nº 720, de 15 de março de 2023, que dispõe:

*"Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Norma Eva AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021."*

2.4. A contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento da APS Carazinho/RS, tendo em vista sua essencialidade para o desempenho de suas atribuições básicas e cuja interrupção compromete a continuidade das atividades finalísticas do órgão.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LOG-CONC/SRSUL	Douglas Loss Zarpelon

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Requisitos Legais:

- Decreto nº 24.643, de 10/07/1934: Código de Águas.
- Decreto nº 62.724, de 17/05/1968: normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.
- Decreto nº 5.163, de 30/07/2004: regulamenta a comercialização de energia elétrica.
- Lei nº 8.987, de 13/02/1995: Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.
- Lei nº 9.074, de 07/07/1995: normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
- Lei nº 9.427, de 26/12/1996: Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.
- Lei nº 10.848, de 15/03/2004: Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.
- Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07/12/2021: Estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de Energia Elétrica.

- Lei nº 14.133/2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.2. A contratação se dará por Inexigibilidade de Licitação, por ser a CONCESSIONÁRIA a única empresa autorizada a prestar os serviços no município de Carazinho/RS. O amparo legal está no Inciso I do Artigo 74 da Lei 14.133/2021:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*

4.3. A empresa Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, inscrita no CNPJ sob o nº 88.446.034/0001-55, possui concessão federal para distribuição de energia elétrica no município de Carazinho/RS, conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000 - ANEEL, celebrado entre a União e a ELETROCAR, anexado no documento SEI 13647413 e seu 4º Termo Aditivo (documento SEI 13647424), que prorrogou a vigência do contrato até 07/07/2045.

4.4. A prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento da unidade mencionada, por isso, seguindo a Orientação Normativa AGU Nº 36, de 13/12/2011 (transcrita abaixo), a vigência da contratação será por prazo indeterminado.

*"A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS."*

4.5. O serviço possui natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

4.6. Por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

4.7. Será observado o princípio da padronização, cujo objetivo é buscar a uniformização de produtos e serviços previamente selecionados e qualificados e, conseqüentemente, a redução de gastos; logo, tornar mais próspera a relação custo x benefício.

4.7.1. Não será, ainda, utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado.

4.8. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 10 (dez) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Também será feita a divulgação do extrato do contrato e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Em atendimento ao art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei 12.527/2011 (LAI), o inteiro teor do contrato será publicado na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão nº 1.855/2018).

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Os serviços de energia elétrica são prestados pelos estados ou municípios e compreendem o fornecimento de energia elétrica, todos regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

5.2. A ANEEL tem as atribuições de:

- Regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- Fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica;
- Implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos;
- Estabelecer tarifas;
- Dirimir as divergências, na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores; e
- Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.

5.3. A empresa Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, com sede na Av. Pátria, 1.351, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o número 88.446.034/0001-55, é responsável pela distribuição de energia no município elencado neste Estudo Técnico Preliminar.

5.4. Existe a inviabilidade de competição, ou seja, quando “um dos contendores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas”.

5.5. Portanto, diante da hipótese de inexigibilidade de licitação quando restar demonstrada a exclusividade no fornecimento de energia elétrica na base territorial do município, por restar inviabilizada a realização de procedimento licitatório, traduzido em fornecedor exclusivo.

5.6. Conclui-se que a transmissão de energia elétrica é um serviço público sob regime de monopólio e fundamenta-se na Inexigibilidade de Licitação.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica visa o fornecimento de forma contínua, sendo imprescindível para a segurança e funcionamento das instalações prediais do INSS no município.

6.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA acompanhar a medição do consumo de energia elétrica, bem como a emissão das faturas para pagamento das tarifas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O Setor de Contratos de Concessionárias e Telefonia - LOG-CONC - no DFD SEI nº 13602195 - sugeriu as quantidades a serem contratadas com base no contrato ainda vigente - Contrato nº 01/2017 - Processo nº 35274.000377/2016-07.

7.2. A equipe de planejamento da contratação realizou o estudo do consumo fora de ponta, referente aos últimos treze meses, do referido contrato vigente, com base nas faturas eletrônicas extraídas do processo 35274.000377/2016-07 e encontrou os resultados descritos na tabela abaixo:

Competência	Consumo Fora de Ponta (KWh)	Documento SEI
11/2022	2371	9874933
12/2022	3829	10220588
01/2023	3735	10794428
02/2023	2704	10794528

03/2023	3286	11205944
04/2023	880	11542122
05/2023	1449	12096953
06/2023	1858	12338144
07/2023	1973	12726342
08/2023	1504	13122590
09/2023	1050	13483262
10/2023	908	13847276
11/2023	846	14215253
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>2030</b>	<b>-</b>

7.3. Com base no valor médio do **Consumo Fora de Ponta (KWh)** dos últimos 13 meses, informado acima, a equipe de planejamento da contratação acrescentou 50% ao valor médio, para suprir o grande aumento do consumo nos meses mais quentes do ano, e a estimativa da quantidade a ser contratada será conforme tabela abaixo:

GERÊNCIA EXECUTIVA	UNIDADE CONSUMIDORA	APS / MUNICÍPIO	ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA
Passo Fundo/RS	8387	Carazinho	3.045 KWH

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 36.000,00

8.1. O contrato nº 01/2017, que está em execução, teve início em 04/02/2017 e tem prazo indeterminado, com valor mensal estimado em até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) para energia elétrica e R\$ 200,00 (duzentos reais) para contribuição de iluminação pública, perfazendo um valor anual de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme tabela abaixo:

GERÊNCIA EXECUTIVA	UNIDADE CONSUMIDORA	APS / MUNICÍPIO	MÉDIA DE CONSUMO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
Passo Fundo /RS	8387	Carazinho	1.500 KWH	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00

8.2. A equipe de planejamento da contratação realizou o estudo do valor médio do consumo mensal, do referido contrato, referente aos últimos treze meses, com base no gráfico de execução extraído do GCWEB em 04/12/2023 (SEI 14225589) e encontrou os resultados descritos na tabela abaixo:

VALOR MÉDIO DE CONSUMO MENSAL DOS ÚLTIMOS 13 MESES	
Competência	Valor (R\$)
11/2022	1.647,96
12/2022	2.247,19
01/2023	2.193,44
02/2023	1.963,15
03/2023	2.313,72
04/2023	1.083,80
05/2023	1.314,38
06/2023	1.456,70



Ação	Indicador	Serviços e Insumos Considerados
Contratar 100% da Cesta Básica de Contratos.	Quantidade de contratos da cesta básica firmados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigilância Ostensiva;</li> <li>• Vigilância Eletrônica;</li> <li>• Manutenção Predial;</li> <li>• Manutenção de Ar Condicionado;</li> <li>• Limpeza;</li> <li>• Correios;</li> <li>• Telefonia Fixa;</li> <li>• Reprografia;</li> <li>• Água,</li> <li>• <b>Energia Elétrica</b> e</li> <li>• Manutenção de Elevador (se existir).</li> </ul>

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manutenção da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica para atender a Agência da Previdência Social em Carazinho/RS. O serviço é considerado essencial ao funcionamento da unidade, sem o qual não seria possível o atendimento aos cidadãos e a concessão e manutenção de benefícios - atividade fim do Instituto Nacional do Seguro Social.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a viabilidade da contratação pretendida, a equipe de planejamento deverá providenciar a instrução do processo com os documentos elencados no art. 72 da Lei 14.133/21:

*"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial"*

13.2. Além disso, após a contratação, a Administração deve manter acesso livre aos empregados e representantes da CONCESSIONÁRIA às instalações da unidade consumidora no município de Carazinho, para fins de inspeção e leitura, bem como deve efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Nos termos do art. 1º da Instrução Normativa nº 01, de 9/01/2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

14.2. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis prevê 4 (quatro) passos para os procedimentos de contratações sustentáveis:

1. Avaliar a possibilidade de reuso ou redimensionamento do objeto da contratação;
2. Planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade;
3. Análise do equilíbrio entre os princípios licitatório da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;
4. Gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão de resíduos.

14.3. Passaremos a analisar cada item do Guia:

14.3.1. Não há de se falar em reuso no caso, visto à natureza de serviço contínuo do objeto da presente inexigibilidade;

14.3.2. Analisando a legislação pertinente ao objeto da licitação verifica-se que devido à sua natureza de serviço público essencial, o serviço de fornecimento de energia elétrica é amplamente regulado. As distribuidoras devem seguir os critérios de sustentabilidade pertinentes estabelecidos pela ANEEL.

14.3.3. A análise da isonomia e da vantajosidade de exigências relacionadas à critérios de sustentabilidade não se aplica devido ao regime de monopólio do serviço em tela;

14.3.4. O contrato resultante desta inexigibilidade tem previsão de gestão e fiscalização por parte de agente público posteriormente designado que deverá, em conjunto com a gestão dos contratos de manutenção predial e de limpeza e conservação, providenciar medidas cabíveis de prevenção e diminuição de desperdício e/ou redução de consumo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR - inscrita no CNPJ sob o nº 88.446.034/0001-55 é a única alternativa possível para garantir o fornecimento de energia elétrica na APS Carazinho/RS, tendo em vista que a empresa tem a exclusividade para prestar tais serviços no município em questão.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 13613587

**ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/12/2023 às 17:21:29.*

Despacho: 13613587

**JULIANA DA SILVA**

Agente de contratação